STRUCTURAL RACISM IN SILVIO ALMEIDA'S THOUGHT

Paulo Dourian Pereira de Carvalho (UFRN)¹ http://orcid.org/0000-0003-1961-8970



O livro *Racismo Estrutural*, do jornalista, filósofo e professor universitário Silvio Luiz de Almeida (2019), pode ser considerado uma das obras fundamentais que tratam do tema do racismo em nosso país. Não é um exagero fazer tal afirmação, uma vez que o autor realiza uma revisão sócio-histórica aprofundada em que podemos vislumbrar o estado da arte sobre esse assunto que a cada dia ganha mais relevância em nossa sociedade, sobretudo em decorrência dos diversos casos envolvendo a violência racista que tem vindo à tona depois de tantos séculos de silenciamento.

A obra conta com uma primorosa apresentação escrita pela mulher, professora, intelectual, e feminista negra Djamila Ribeiro, que já anuncia a principal tese postulada por Silvio Almeida: a de que o racismo em nosso país é sempre estrutural, isto é, está nas bases da nossa organização econômica, social, política e cultural. O autor concebe o racismo como uma espécie de racionalidade que integra a nossa construção como sujeitos, tal como como um modo de existência que regula as relações sociais e cria significados que dão sentido às nossas ações.

Almeida diz que a obra é sobre "Teoria Social". Assim, deduzimos que a sociedade brasileira não pode ser pensada sem os conceitos de raça e racismo. A filosofia, a ciência política, a teoria do direito e a teoria econômica mantêm, mesmo que de forma não aparente, um constante diálogo com o conceito de raça. O autor postula que os significados de raça e racismo, assim como suas consequências, para ser compreendidos pelos pesquisadores, exigem que se conheça a teoria social em profundidade (ALMEIDA, 2019). A impressão que temos é a de que o autor quer chamar a atenção dos pesquisadores e leitores para o fato de que o racismo e os significados que orbitam o termo "raça" estão impregnados no pensamento social, mas essa vinculação nem sempre é percebida.

Almeida apresenta um amplo apanhado histórico que permite vislumbrar a "raça" como uma categoria histórica e relacional criada em meados do século XVI para diferenciar

¹ Paulo Dourian Pereira de Carvalho é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGAS-UFRN) e doutorando em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGCS-UFRN). Atualmente, tem desenvolvido uma pesquisa enfocando as relações entre racismo e loucura na literatura negra brasileira. E-mail: paulo.dourian@hotmail.com



seres humanos, no bojo de uma racionalidade iluminista ávida por classificações. É nesse contexto que surge a distinção filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem, civilizado e primitivo. Como consequência, a hierarquização entre indivíduos e culturas distintas serviu como justificativa para o projeto colonial que pretendeu levar a "civilização" para os povos considerados inferiores segundo o ponto de vista europeu. A partir daí, temos um violento processo de destruição e morte-, de espoliação e aviltamento, dos ditos "civilizados" em relação aos demais povos (ALMEIDA, 2019).

É perceptível a crítica à razão pretensamente universal que serviu historicamente como o alicerce de um ciclo tenebroso de genocídios e escravização das populações das Américas, da África, da Ásia e da Oceania. Nesse sentido, o autor aponta para os processos de animalização e inferiorização dos "indígenas" e "negros" que tiveram a sua humanidade sequestrada, fala sobre a proliferação das teorias da degenerescência que vingaram no século XIX sob o esteio do darwinismo social e do que passou a ser chamado de "racismo científico" (ALMEIDA, 2019).

No livro, é estabelecida uma importante diferenciação entre racismo, preconceito e discriminação, uma vez que o racismo é tomado como uma maneira sistemática de discriminação que tem a raça como principal fundamento, sendo manifestado por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens e privilégios para determinados grupos sociais. O racismo é atrelado ao funcionamento das instituições nas quais as relações racistas se manifestam com o estabelecimento de padrões discriminatórios baseados na raça e que funcionam como mecanismos de manutenção de poder (ALMEIDA, 2019).

Almeida traz a concepção de racismo estrutural demonstrando que o racismo transcende o âmbito individual e traz o poder como constitutivo das relações raciais. Tal noção nos permite perceber que as demais formas de racismo nascem dessa estrutura, de modo que as instituições são racistas porque a sociedade é racista. O racismo é apresentado pelo autor como parte da ordem social, sendo reproduzido pelas instituições e nas práticas sociais. A sua superação requer mudanças profundas nas estruturas sociais, no sentido de coibir as suas consequências, que se expressam concretamente na desigualdade política, econômica e jurídica. O racismo estrutural é concebido pelo autor como um fenômeno eminentemente histórico e político, devendo ser combatido por todos e todas as pessoas. Ao negar a existência do racismo reverso, o autor chama a atenção para a ideia de que o racismo é um processo eivado de historicidade, o que revela o seu caráter estrutural, manifestando-se, segundo o autor, na ideologia, na política, no direito e na economia (ALMEIDA, 2019).

Ao criticar a meritocracia e a ideia de "democracia racial", aponta-se que existe uma associação entre esses discursos de modo a responsabilizar as pessoas negras por não alcançarem determinados lugares. Para o autor, o discurso da meritocracia é racista e promove a conformação ideológica dos indivíduos à desigualdade racial (ALMEIDA, 2019, p. 49-52).



Almeida defende que o Estado é quem dá sustentação ao racismo, de modo que o Estado Moderno pode ser concebido como um "Estado racista", que surge como uma "relação material de força", de exercício de poder e mantenedor da ordem que sustenta relações de opressão e de exploração sexuais e raciais que se manifestam no modo de intervenção estatal e na conformação dos aspectos gerais da sociedade. Nota-se a utilização de mecanismos de controle e classificação racial, étnica, religiosa e sexual como uma estratégia do poder do Estado (ALMEIDA, 2019, p. 56-63).

A representatividade, por sua vez, é postulada como um mecanismo de participação das minorias nos espaços de poder, na busca de que as suas reivindicações possam ser repercutidas e de que as narrativas discriminatórias sejam superadas. Nesse processo, o racismo estabelece uma linha divisória entre inferiores e superiores, entre bons e maus, entre grupos que merecem viver e grupos que merecem morrer, ou que estarão expostos ao risco de morte, à rejeição, expulsão etc. Ademais, as discussões sobre necropolítica do pensador Achille Mbembe são resgatadas para demonstrar as aproximações entre a política e o terror gerado pelo racismo, apontando que, no mundo colonial, houve uma síntese entre "massacre e burocracia", o que deu nascimento a extermínios de diversos povos a partir de processos de extrema violência que encontram eco nos genocídios do povo negro em nosso presente (ALMEIDA, 2019, p. 67-76).

Ao estabelecer uma relação entre racismo e direito, o autor aborda a apropriação do discurso jurídico no sentido de perpetuar práticas de sujeição, uma vez que, perante o direito, escravos eram considerados propriedade privada, "bens semoventes", isto é, coisas com tração própria, tal como animais. Ao resgatar o filósofo Michel Foucault, Almeida fala do direito como sendo um "mecanismo de sujeição e dominação", responsável por efetivar o racismo, como acontece nas abordagens policiais, em audiências de custódia e com as vidas nas prisões. O direito também é associado ao poder de grupos políticos racistas responsáveis por promover projetos de discriminação sistemática, segregação racial e até extermínio, como ocorreu nos regimes colonial, nazista e sul-africano (ALMEIDA, 2019, p. 82-84).

Tais estruturas de manutenção do racismo sofreram fraturas ao longo do tempo. O autor explica que, no século XX, os movimentos sociais assumiram um importante papel de protagonismo político, atuando não só nas disputas institucionais mas também na produção intelectual, o que permitiu uma abertura dos horizontes com a proliferação dos estudos decoloniais e pós-coloniais. Nota-se a estreita relação entre racismo e economia, de modo que passou a se tornar lugar comum a percepção da relação direta entre raça e as desigualdades sociais e econômicas. O racismo ajuda a legitimar as discrepâncias que dão sustentação ao sistema capitalista. Assim, a pobreza é incorporada ideologicamente quase como uma condição biológica de negros e indígenas, fato que naturaliza a precarização desses grupos (ALMEIDA, 2019).

O autor aponta a existência de uma associação entre nacionalismos e racismos por meio da articulação de estratégias de poder e dominação. Além disso, nota-se, no Brasil, a proliferação da ideologia da "democracia racial" que postula a miscigenação como uma



das características básicas da identidade nacional, sendo a responsável por promover um discurso legitimador da violência e da desigualdade, conivente com o capitalismo. Cria-se um mundo em que o negro é impossibilitado de reivindicar um tratamento igualitário ou de respeito às diferenças, sobretudo diante das marcas deixadas pela escravidão e pelo colonialismo (ALMEIDA, 2019, p. 108-111).

O autor estabelece relações entre a divisão de classes de grupos no interior das classes, o processo de individualização e os antagonismos sociais que caracterizam a sociabilidade capitalista tendo como mola propulsora o racismo, de modo que não seria possível compreender o capitalismo e as classes sem considerar as questões de raça, de gênero e os processos de exclusão e subalternização a que são empurradas as mulheres negras. Almeida argumenta que nunca será possível existir um mundo de respeito às diferenças enquanto pessoas continuarem morrendo de fome ou assassinadas pela cor de sua pele. O autor defende que não se pode pensar em desenvolvimento sem o ataque frontal às desigualdades estruturais, como as raciais e de gênero (ALMEIDA, 2019, p. 113-119).

Por essa razão, ele diz ser salutar questionar as estruturas sociais que causam a repetição dos comportamentos e relações que produzem crises. Há de ficar evidente que a ideologia imperialista que deu sustentação à nossa sociedade, às instituições e aos saberes teve como base o racismo e a ideia eurocêntrica de progresso. O "outro", nesse processo, foi construído como aquele que precisava ser "salvo", a partir de uma ideologia racista amparada em um discurso pseudocientífico do darwinismo social que postula a inferiorização dos não brancos, o que gerou o massacre, a destruição e o genocídio de povos. Nesse processo, a burocracia emergiu como um dispositivo de dominação num contexto em que a força passa a ser lei e a lei se mantém pela força (ALMEIDA, 2019).

O autor conclui que o racismo se apresenta como um modo de integração em nossa sociedade, estando no cerne dos processos de exploração e opressão, sendo um elemento estrutural gerador. A busca por novas alternativas de existência exige a compreensão do racismo como um elo conformador de relações sociais que gera marcadores de exclusão que se manifestam em todas as esferas da vida (ALMEIDA, 2019, p. 127).

O livro de Silvio Almeida é de leitura fluida, apresenta uma profunda discussão teórica sobre o racismo no Brasil, além de revisitar as raízes desse fenômeno multifacetado que está entranhado nas bases formativas da nossa sociedade. Trata-se de uma obra fundamental para a compreensão do povo brasileiro, da política, da economia, do direito, das instituições e de todo o nosso tecido social que não pode ser pensado como estando apartado do racismo. Esse fenômeno está para além da superfície, visto que é uma estrutura constitutiva da nossa realidade.



REFERÊNCIA

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019.